

O EGRESSO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA UNIVERSIDADE

Nilda Gonçalves Vieira Santiago¹

Resumo: O acesso à Educação Superior é um tema que tem assumido cada vez mais destaque nas discussões que envolvem ações afirmativas e políticas de inclusão educacional, sendo alvo de intensos debates, estudos e pesquisas. Para Luz (2017) as políticas direcionadas ao ingresso na educação superior no Brasil permanecem na lógica neoliberal da meritocracia, com exclusão de muitos sujeitos e escolha dos, supostamente, considerados mais capazes. Para a pesquisa definiu-se como objetivo geral do estudo: compreender e analisar que fatores contribuem para o acesso, permanência/ não permanência e conclusão dos discentes matriculados nos cursos de licenciatura em Pedagogia e História da UEG – Câmpus Goianésia, oriundos da EJA, no período de 2012 a 2017. A pesquisa qualitativa direciona todo o trabalho com o objetivo de analisar e interpretar as percepções dos sujeitos envolvidos na investigação. De acordo com Lüdke e André (1986), o pesquisador deve estar atento aos significados e representações que as pessoas demonstram, por isso é importante esmiuçar todos os dados coletados. O estudo contribuirá para uma compreensão dos condicionantes que afetam o ingresso, a permanência/não permanência e conclusão dos cursos superiores de Pedagogia e História por parte dos egressos da EJA, analisando os desafios e possibilidades existentes na Educação Superior, podendo provocar debates e estudos que permitam ressignificar as práticas, currículos, projetos e políticas de democratização e inclusão nesse nível de ensino. Parte-se da compreensão de que as políticas de acesso à educação superior, historicamente, tem se baseado num modelo neoliberal de meritocracia e competitividade, valorizando as conquistas e méritos individuais. Porém, as ações viabilizadas a partir do governo federal Luís Inácio Lula da Silva (Lula) sinalizam melhores oportunidades de inclusão dos setores marginalizados a esse nível de ensino, fato que pode sofrer alterações com o golpe de 2016, em função dos cortes orçamentários para a educação, em especial o ensino superior. Muitos desses sujeitos que foram excluídos da sociedade e do sistema educacional, concluíram a sua escolarização básica na modalidade EJA e, diante das perspectivas de melhores condições sociais que o ensino superior pode oferecer, enfrentam uma acirrada corrida pela disputa de vagas em cursos de graduação.

Palavras-chave: Universidade. Egresso da EJA. Acesso e permanência.

1 INTRODUÇÃO

No quadro de desigualdade a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto modalidade da educação básica, torna-se importante por exigir uma perspectiva diferenciada: uma educação que atenda também aos excluídos e

¹ Docente efetiva da SEDUCE e da UEG-Câmpus Goianésia. Mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

marginalizados tanto do sistema educacional quanto da sociedade. Segundo Arroyo (2005), a Educação de Jovens e Adultos deve ser entendida no campo do direito. Entretanto, partindo do entendimento que todos devem ter garantido o acesso e permanência aos diversos níveis de escolaridade, faz-se necessário analisar se esse público da EJA tem prosseguido seus estudos, ingressando em cursos de graduação e como tem se desvelado sua trajetória acadêmica.

Assim, o problema que instiga a presente pesquisa gira em torno de compreender os fatores que contribuem para o acesso, permanência/não permanência e conclusão acadêmica dos discentes matriculados em cursos de licenciatura de Pedagogia e História da UEG – Câmpus Goianésia, oriundos da Educação de Jovens e Adultos, no período de 2012 a 2017. Especificamente, a pesquisa se propõe a investigar entre os egressos da EJA que têm acesso à universidade, quais os fatores que contribuíram/em para os movimentos de acesso, permanência/não permanência que ocorrem durante suas trajetórias acadêmicas.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Considerando-se que a desigualdade é uma marca da história brasileira e que as oportunidades sociais e educacionais não são para todos, é que se tornam relevantes os movimentos e políticas de inclusão. Nesse sentido, o acesso à educação superior dos segmentos marginalizados, entre eles, o público egresso da EJA, deve ser entendido no campo do direito e da diversidade, para que ocorra um ensino de qualidade e que atenda as expectativas e realidade dos jovens e adultos que buscam prosseguir em seus estudos.

Situar a EJA no campo do direito, numa perspectiva de inclusão, autonomia e emancipação, implica uma aproximação teórica com o pensamento pedagógico progressista, “cuja referência é a análise crítica do sistema capitalista” (GADOTTI, 2009, p. 14). O autor esclarece que a produção progressista traz a marca da criticidade e da luta pela libertação das camadas marginalizadas. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que, grande parte dos jovens e adultos que estão nessa modalidade educativa, são sujeitos excluídos socialmente ou que não se moldaram aos padrões da escola tradicional e excludente, compreende-se que as tendências progressistas fornecem fundamentação teórica consistente para subsidiar o trabalho com esse público.

Com esse propósito a escolha metodológica é a pesquisa qualitativa, utilizando diferentes instrumentos para coleta de dados, como questionários de caracterização dos sujeitos envolvidos na pesquisa, roteiro para entrevista com esses sujeitos, grupo focal, análise de questionário socioeconômico e outros documentos da instituição como o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional), PPP (Projeto Pedagógico do Curso).

Segue-se o ciclo de pesquisa sugerido por Minayo (2013) que, a partir de uma indagação, caminhamos para a fase exploratória, em seguida para o trabalho de campo e, posteriormente, para o tratamento dos dados, realizando a análise e interpretação, o que pode culminar em um resultado não fechado totalmente, permitindo novas indagações.

3 DISCUSSÕES: REVISÃO DA LITERATURA

Com o objetivo de conhecer o que os pesquisadores têm escrito sobre o acesso e trajetória dos alunos de EJA na universidade e quais trabalhos se relacionam com o objeto do presente estudo, foi realizada uma busca em quatro bancos de dados. Os bancos de dados consultados foram escolhidos tendo por base a quantidade e qualidade dos trabalhos na área da educação e por serem consideradas fontes seguras e bem aceitas no meio científico. A primeira fonte consultada foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), depois foi realizada busca no banco de teses da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a terceira busca foi na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd) sendo encontradas publicações de interesse dessa pesquisa nos seguintes Grupos de Trabalho (GT): GT 03 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos, GT 6 – Educação Popular e GT 11 – Política da Educação Superior. Consultou-se também o GT 18 – Educação de Pessoas Jovens e Adultas, mas não foi encontrado nenhum trabalho que se aproximasse dessa pesquisa. Por fim, o último banco de dados foi o Portal de Fóruns da EJA (www.forumeja.org.br).

O processo de busca foi longo e criterioso, feito por meio de protocolo elaborado com palavras-chave e seus sinônimos, primeiro com a leitura dos títulos dos trabalhos e seus resumos e quando não ficava muito clara a proposta, seguia-se com a leitura da introdução e conclusão e, quando necessário, da obra completa.

Durante o levantamento foram encontradas inúmeras publicações sobre acesso à educação superior e sobre EJA, mas nem todas se identificavam com o objeto de pesquisa em questão e não tinham articulação entre as duas temáticas. Muitos trabalhos eram voltados para as políticas de acesso envolvendo cotas raciais, acesso e permanência do aluno com deficiência ou o ensino superior para os povos indígenas, que não são focos do presente estudo, tendo em vista que o objetivo é compreender os fatores que contribuem para o acesso à educação superior, permanência/não permanência e conclusão acadêmica dos discentes oriundos da Educação de Jovens e Adultos.

Também foram encontradas muitas publicações que tratam de programas específicos como o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Durante a busca, apareceram alguns estudos no campo da EaD (Educação à Distância) e das políticas de ações afirmativas, abordando a questão das cotas, mas, geralmente sob o viés das cotas raciais. Foram lidos também trabalhos que investigam políticas públicas para a educação superior, como ProUni (Programa Universidade para todos), FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e outras que tratam da expansão de ofertas e interiorização.

A busca mostrou que 22 publicações se aproximam do presente estudo, dentre essas publicações estão três teses, dez dissertações e nove artigos. Os textos escolhidos foram organizados em pastas específicas das fontes consultadas e seus dados de identificação colocados em uma tabela. Com o levantamento realizado notou-se a repetição de alguns trabalhos nas bases de dados e para computar o total de publicações encontradas, as que estavam repetidas foram subtraídas na fonte seguinte.

A partir desse levantamento e da listagem dos trabalhos, seguiu-se para análise de cada texto a fim de verificar os aspectos relacionados com a presente pesquisa e algumas informações gerais sobre os trabalhos que são relevantes para esse estudo.

A revisão sistemática realizada possibilitou o conhecimento acerca do que é produzido, quem são os pesquisadores, qual o foco das pesquisas que se aproximam da temática em estudo e onde se produz mais trabalhos nessa área.

Ainda que alguns trabalhos demonstrem certa aproximação com a presente pesquisa, pretende-se avançar nos questionamentos e contribuir para a compreensão das políticas de acesso e permanência, especificamente na UEG - Câmpus Goianésia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho está sendo organizado em três capítulos que se articulam e favorecem a compreensão do objeto em questão. O primeiro capítulo está em fase de conclusão e, nele se apresenta o contexto da pesquisa, caracterizando a educação superior pública brasileira numa concepção da desigualdade com base em Mészáros (2007), Chauí (2003), Sobrinho (2015), Oliveira et al (2008), entre outros. Aborda, nesse contexto, as políticas de democratização do acesso que ocorreram a partir da década de 1990, destacando as ações afirmativas que tiveram maior ênfase com a Lei de Cotas aprovada em 2012. Também foi realizada análise das políticas de permanência e assistência estudantil existente em universidades públicas, com uso de autores como Zago (2006), Honorato, Vargas e Heringer (2014), dentre outros.

No que concerne ainda ao contexto da pesquisa foi feita uma abordagem sobre a Universidade Estadual de Goiás e o processo de interiorização da educação superior no Estado de Goiás, analisando as condições de oferta e funcionamento dos cursos, com base em Dourado (2001), Oliveira e Ferreira (2008) e outros. Nesse íterim, o Câmpus Goianésia, como lócus da pesquisa, foi apresentado por meio de um histórico. Por fim, o estudo está em fase de contextualização dos cursos de licenciatura existentes no Câmpus Goianésia, a saber, História e Pedagogia, descrevendo os mesmos com base nos seus Projetos Pedagógicos.

5 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED*. Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes. *A interiorização do ensino superior e a privatização do público*. Goiânia, GO: Editora da UFG, 2001.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 2009.

HONORATO, Gabriela; VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF. *38º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, MG, 2014.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (orgs.). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Jackeline Nascimento Noronha da. *Políticas de ingresso na educação superior pública no Brasil: contextos, concepções, movimentos e processos seletivos em perspectiva*. Goiânia: Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, 2017. (Tese de Doutorado).

MÉSZÁROS, Istvan. O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva. In: *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

OLIVEIRA, João F. et. al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior. In: BITTAR, M.; OLIVEIRA, J. F.; MOROSINI, M. *Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB*. Brasília, INEP, 2008.

OLIVEIRA, João Ferreira de; FERREIRA, Suely. Concepção e funções sociais da universidade: o caso da Universidade Estadual de Goiás (UEG). *Série - Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande-MS, n. 26, p. 199-213, jul./dez. 2008.

SOBRINHO, José Dias. Universidade fraturada: conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, Campinas, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, nov. 2015.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11 n. 32, p. 226-238, maio/ago. 2006.